



**Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
SECRETARIA REGIONAL DE LICITAÇÕES – 3ª SL**

Rua Presidente Dutra, nº 160 – Centro - Petrolina, Estado de Pernambuco
CEP: 56304-914, Telefone:(87) 3866-7742, e-mail: 3a.sl@codevasf.gov.br

EDITAL N.º 001/2022

**LICITAÇÃO CODEVASF
FORMA PRESENCIAL
LEI Nº 13.303/2016
MAIOR OFERTA**

**CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO, COM
ENCARGO, PARA EXPLORAÇÃO ECONÔMICA DO
ESPAÇO FÍSICO, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS DO
ABATEDOURO FRIGORÍFICO DE CAPRINOS E OVINOS DE
DORMENTES, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE DORMENTES,
ESTADO DE PERNAMBUCO, ÁREA DE ATUAÇÃO DA 3ª SR.**

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO
LEI Nº 13.303/2016 - PRESENCIAL
MAIOR OFERTA

EDITAL N.º 001/2022

A V I S O

A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA – CODEVASF, torna público aos interessados que na data, horário e local abaixo indicados, fará realizar licitação na modalidade de **LICITAÇÃO CODEVASF**, na forma **PRESENCIAL**, do tipo **MAIOR OFERTA**, de acordo com as condições deste Edital e seus Anexos.

OBJETO: Cessão de direito real de uso com encargos para exploração econômica do Concessão espaço físico, instalações e equipamentos do **Abatedouro Frigorífico para Caprinos e Ovinos de Dormentes/PE**, localizadas às margens da PE-630, no município de Dormentes, Estado de Pernambuco – PE.

CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO: Poderão participar da presente licitação pessoas físicas e jurídicas, consorciadas ou não, que atendam às exigências deste Edital e seus Anexos.

LOCAL E DATA DE RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Auditório da sede da 3ª Superintendência Regional da CODEVASF, Rua Presidente Dutra, nº 160 – Centro – CEP 56.304-914, município de Petrolina/PE, **às 10h (dez horas) de 22 de março de 2022.**

OBSERVAÇÃO: O Edital e seus Anexos encontram-se disponíveis nos sítios www.codevasf.gov.br. Na impossibilidade de download pelo site aqui indicado, o Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na Secretaria Regional de Licitações, no endereço acima mencionado, telefone: (087) 3866-7742 e poderão ser adquiridos gratuitamente, mediante apresentação de um PEN DRIVE para gravação, no horário de 08:00h às 12:00h e de 13:30h às 17:30h, de segunda a sexta-feira, a partir da data de publicação.

As eventuais alterações e esclarecimentos também estarão disponíveis no sítio da **CODEVASF** – www.codevasf.gov.br – para consulta dos interessados.

Petrolina-PE, 23 de fevereiro de 2022.

AURIVALTER CORDEIRO PEREIRA DA SILVA
SUPERINTENDENTE REGIONAL
CODEVASF – 3ª SR

ÍNDICE

1. OBJETO.....	4
2. DESCRIÇÃO GERAL.....	5
3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO.....	5
4. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA FINANCEIRA E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.....	5
5. ABERTURA DOS INVÓLUCROS.....	12
6. ANÁLISE E JULGAMENTO DA PROPOSTA FINANCEIRA E DOCUMENTAÇÃO.....	12
7. RECURSOS ADMINISTRATIVOS.....	13
8. HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO.....	14
9. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.....	14
10. CAUÇÃO.....	15
11. ADJUDICAÇÃO.....	15
12. FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO.....	15
13. DESISTÊNCIA.....	16
14. OBRIGAÇÕES DO CESSIONÁRIO.....	16
15. CONDIÇÕES GERAIS.....	16

ANEXOS

ANEXO I	TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS
ANEXO II	TERMO DE OBSERVÂNCIA AO CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA E INTEGRIDADE DA CODEVASF

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO
LEI 13.303/2016 - PRESENCIAL
MODO DE DISPUTA - MAIOR OFERTA

EDITAL N.º 001/2022

PROCESSO Nº: 59530.001110/2021-86

1. OBJETO

A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA – Codevasf, através de sua 3ª Superintendência Regional, torna público que realizará licitação objetivando a **Concessão de direito real de uso com encargos para exploração econômica do espaço físico, instalações e equipamentos do Abatedouro Frigorífico para Caprinos e Ovinos de Dormentes/PE, localizadas às margens da PE-630, no município de Dormentes, Estado de Pernambuco – PE**, cujas “Proposta Financeira” e “Documentação de Habilitação” serão recebidas às **10h (dez horas) do dia 22 de março de 2022**, no auditório da sede da 3ª Superintendência Regional da CODEVASF, rua Presidente Dutra, nº 160 – Centro – CEP 56.304-230, Município de Petrolina/PE.

1.1. O presente procedimento licitatório, do tipo “**Maior Oferta**”, reger-se-á pelo Regulamento de Licitações e Contratos da CODEVASF, pela Lei n.º 13.303/2016, que institui normas para licitações e contratos das empresas públicas e sociedades de economia mista no âmbito da União e Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codevasf.

1.2. FORMA DE REALIZAÇÃO, MODO DE DISPUTA, DIVULGAÇÃO DO VALOR ESTIMADO, REGIME DE EXECUÇÃO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO e FASE RECURSAL:

1.3. Forma de realização: licitação Codevasf PRESENCIAL.

1.3.1. Modo de disputa: FECHADO.

1.3.2. Divulgação do valor estimado: PÚBLICO.

1.3.3. Regime de Execução: PREÇO UNITÁRIO.

1.3.4. Critério de julgamento: MAIOR OFERTA (nos termos do art. 54, Inciso VI da Lei 13.303/16).

1.3.5. Fase recursal: única, após a habilitação do licitante, obedecendo a ordem de classificação das Propostas Financeiras, nos termos do art. 51, incisos VI a VIII da Lei 13.303/2016.

1.4. Localização

1.4.1. Conforme descrito no **item 3** do Termo de Referência, **Anexo I** do presente Edital, o **Abatedouro Frigorífico de Caprinos e Ovinos de Dormentes/PE** está localizado na área rural do município de Dormentes no Estado de Pernambuco, trata-se de um Imóvel com área total de 20.015,00 m² e Área construída de 1.327,00 m², de propriedade da

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3.ª Superintendência Regional – Petrolina/PE

CODEVASF, localizado na PE-630, situado nas Coordenadas UTM Longitude 304904,00mE; Latitude 9062070,00 mS.

2. DESCRIÇÃO GERAL

- 2.1.** Conforme detalhamento constante no **item 4** do Termo de Referência, **Anexo I** deste Edital, a área ocupada pelo Abatedouro Frigorífico de Caprinos e Ovinos de Dormentes/PE, perfaz um total de 20.015,00 m², sendo que deste total, 1.327,00 m² corresponde a área construída, provida dos equipamentos que se encontram relacionados no **Anexo II** do Termo de Referência, integrante deste Edital

3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 3.1.** Poderão participar da presente licitação pessoas físicas e jurídicas, isoladamente ou em Consórcio, e que atendam às exigências deste Edital e seus Anexos, observando ainda, o **item 5 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.**

3.2. Dos Impedimentos:

- 3.2.1.** Estão impedidos de participar do certame as pessoas físicas ou jurídicas, conforme situações discriminadas **no item 8 do Termo de Referência, Anexo I do Edital.**

3.3. Visita ao Abatedouro Frigorífico de Dormentes – PE:

- 3.3.1.** A visita ao Abatedouro Frigorífico de Caprinos e Ovinos de Dormentes/PE **não será obrigatória**, todavia recomenda-se que o licitante ou seu representante legal visite o local para conhecimento da estrutura física, do sistema de abastecimento e medição d'água, tratamento de resíduos, da topografia do terreno, das vias de acesso a edificação, dos equipamentos instalados e demais elementos que constitui a unidade industrial, para evitar reclamações futuras, uma vez que quaisquer dificuldades existentes na área pretendida, com relação à implantação do projeto e à exploração, serão de sua inteira responsabilidade e risco. Deverão ser observadas as condições constantes do **item 9** do Termo de Referência, Anexo I do Edital;
- 3.3.2.** Fica entendido que o (a) proponente tem pleno conhecimento das condições locais onde se encontra o objeto desta licitação, e que todas as dúvidas foram solucionadas antes da data da apresentação das propostas.
- 3.4.** O Edital e seus Anexos encontram-se disponíveis nos sítios www.codevasf.gov.br e no www.comprasgovernamentais.gov.br. Na impossibilidade de download pelos sítios aqui indicados, o edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na Secretaria Regional de Licitações, da 3ª SR, localizada na rua Presidente Dutra, nº 160 – Centro – CEP 56.304-914 – município de Petrolina/PE, telefone: 087-3866-7702, e poderão ser adquiridos gratuitamente, mediante apresentação de um CD-ROM ou PEN DRIVE para gravação, no horário de 08:00h às 12:00h e de 13:30h às 17:30h, de segunda a sexta-feira.
- 3.5.** Os proponentes deverão estudar minuciosa e cuidadosamente as exigências prescritas neste Edital e seus Anexos, informando-se de todas as circunstâncias e detalhes que possam de algum modo afetar a apresentação da proposta, seus custos e prazos de execução.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3.ª Superintendência Regional – Petrolina/PE

- 3.6.** A participação na licitação implica aceitação integral do ato convocatório, bem como na observância dos regulamentos e normas administrativas e técnicas aplicáveis, observando-se o disposto nos **subitens 3.7, 3.8, 3.9, e 3.10 deste Edital**.
- 3.7.** Quaisquer dúvidas de caráter técnico, formal ou legal na interpretação deste Edital e seus Anexos serão dirimidas pela Secretaria Regional de Licitações – 3ª SL, através do e-mail: **3a.sl@codevasf.gov.br**, ouvidas a Gerência Regional de Revitalização das Bacias Hidrográficas - GRR e Assessoria Jurídica da Codevasf 3ªSR, no que couber, respeitado o prazo disposto no **subitem 3.8** a seguir descrito.
- 3.8.** Os pedidos de esclarecimentos sobre quaisquer elementos somente serão atendidos quando solicitados por escrito até **05 (cinco) dias** anteriores à data estabelecida para o recebimento da “**Documentação de Habilitação**” e “**Proposta Financeira**”. As consultas formuladas fora deste prazo serão consideradas como não recebidas.
- 3.9.** Analisada as consultas, a Codevasf deverá esclarecê-las e, acatando-as, alterar ou adequar os elementos constantes do Edital e seus Anexos, comunicando sua decisão, também por escrito, aos (às) demais proponentes.
- 3.9.1.** As eventuais alterações e esclarecimentos também estarão disponíveis no sítio da **Codevasf** – **www.codevasf.gov.br** – para consulta dos interessados.
- 3.10.** A apresentação da proposta tornará evidente que o (a) proponente examinou minuciosamente toda a documentação deste Edital e seus Anexos e que a encontrou correta. Evidenciará, também, que o (a) proponente obteve da Codevasf, satisfatoriamente, todas as informações e esclarecimentos solicitados, tudo resultando suficiente para a elaboração da proposta, logo implicando na aceitação plena de suas condições, conforme o disposto no **subitem 3.6 deste Edital**.
- 4. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA FINANCEIRA E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**
- 4.1.** Os proponentes deverão fazer entrega no dia, horário e local mencionados no **item 1 deste Edital**, de 02 (dois) invólucros, **fechados e numerados**, contendo:
- **Invólucro n.º 01 – “Proposta Financeira”**
 - **Invólucro n.º 02 – “Documentação de Habilitação”**
- 4.1.1.** As Propostas Financeiras e Documentação de Habilitação serão entregues pessoalmente no dia e hora estabelecidos para realização da sessão pública ou encaminhadas por via postal no endereço indicado no **item 1** deste Edital e serão recebidas pela CODEVASF por meio da 3ª SL e encaminhadas à Comissão Técnica de Julgamento, designada para este fim. Não será admitindo sua apresentação via correio eletrônico (e-mail).
- 4.1.2.** Na hipótese de a proponente optar por entregar sua “**Proposta Financeira**” e “**Documentação de Habilitação**” antes do dia e hora estabelecidos para a sessão pública a que se refere o **subitem 5.1 deste Edital**, deverá fazê-lo até 24 (vinte e quatro) horas antes de sua realização, diretamente na Secretaria Regional de Licitações – 3ª SL da CODEVASF, no endereço indicado no **item 1**, sob pena de ser considerada como não recebida caso seja entregue em local diverso do então estabelecido.
- 4.1.3.** É de inteira responsabilidade do proponente a entrega tempestiva da “**Proposta Financeira**” e “**Documentação de Habilitação**” enviadas por via postal, de forma que,

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3.ª Superintendência Regional – Petrolina/PE

caso venham a ser entregues após o horário estabelecido no **subitem 1.1**, serão consideradas como não recebidas.

- 4.1.4. As propostas, toda a correspondência e documentos trocados entre o proponente e a CODEVASF serão escritos em português, e os preços deverão ser cotados em reais.
- 4.1.5. Na parte externa dos respectivos invólucros deverão constar as inscrições: **"INVÓLUCRO I – PROPOSTA FINANCEIRA"** e **"INVÓLUCRO II – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO"**, o nome, telefone e endereço completo do proponente, endereço eletrônico (e-mail), o número do Edital e seu objeto.
- 4.1.6. Todos os documentos deverão ser apresentados na ordem indicada no Edital, numerados sequencialmente e rubricados pelo proponente, seu representante legal ou procurador, sem rasuras, emendas ou repetições.
- 4.1.7. Os documentos serão apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Secretaria Regional de Licitações – 3ª SL, ou ainda publicação em órgão da imprensa oficial.
- 4.1.8. A **"Proposta Financeira e a Documentação de Habilitação"**, no que couber, deverão estar impressas por processo eletrônico em papel timbrado, em se tratando de pessoa jurídica, em língua portuguesa, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, com clareza, sem emendas, entrelinhas, rasuras ou borrões que dificultem o entendimento, e terão de estar numeradas e rubricadas em todas as suas folhas e assinada na última pelo proponente, seu representante legal ou procurador.
- 4.1.9. Cada proponente só poderá ser representado por um único procurador, sendo vedado o credenciamento de uma mesma pessoa como representante de 02 (dois) ou mais proponentes. Se ocorrer, implicará em desclassificação sumária.
- 4.1.10. O representante do proponente deverá apresentar à Comissão Técnica de Julgamento documento de identificação civil e a respectiva procuração, ou cópia do contrato social quando se tratar de diretor ou sócio da empresa com poderes para responder pelos direitos e obrigações da mesma.
- 4.1.11. Será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas em consórcio, constituído sob as leis brasileiras, devendo observar as seguintes condições:
 - 4.1.11.1. Comprovação do compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, por escritura pública ou documento particular, registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos, e deverá conter os objetivos a composição do consórcio com o nome das empresas, endereço, indicação do percentual de participação de cada consorciado e a descrição dos serviços correspondentes, de cada membro do consórcio.
 - 4.1.11.2. Indicação da pessoa jurídica responsável pelo consórcio, empresa líder do consórcio, que deverá atender às condições de liderança fixadas no Edital; a qual deverão ser conferidos amplos poderes para representar os consorciados no procedimento licitatório e no contrato, receber, dar quitação, responder administrativa e judicialmente, inclusive receber notificação, intimação e citação.
 - 4.1.11.3. No consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá, obrigatoriamente à empresa brasileira, observado o disposto no **subitem 4.1.11.2** acima.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3.ª Superintendência Regional – Petrolina/PE

4.1.12. Apresentação dos documentos exigidos no Edital quanto a cada consorciado, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação;

4.1.13. Comprovação de qualificação econômico-financeira e qualificação-técnica, conforme previsto no **item 14.3.** e subsequentes, do Termo de Referência, anexo I deste Edital.

4.2. PROPOSTA FINANCEIRA – INVÓLUCRO N.º 1:

4.2.1. As Propostas Financeiras, serão apresentadas em conformidade com o **Anexo VI do Termo de Referência, Anexo I do Edital**, contendo:

4.2.1.1. Identificação do proponente (nome, endereço completo, e-mail, telefone, CPF/CNPJ);

4.2.1.2. Identificação do objeto da cessão onerosa, como sendo o **Abatedouro Frigorífico de Caprinos e Ovinos de Dormentes – PE**;

4.2.1.3. O preço ofertado, pela Concessão do abatedouro frigorífico de caprinos e ovinos de Dormentes/PE deverá estar em algarismo e por extenso, sem rasuras ou repetições, em conformidade com o modelo constante do **Anexo VI, do Termo de Referência, Anexo I do Edital**;

c1) Na hipótese de discordância entre a expressão numérica e o valor por extenso oferecido, prevalecerá este último.

4.2.1.4. Indicação da forma de pagamento para contrapartida da concessão do objeto deste Edital, inclusive os anos de carência, conforme **Termo de Referência, Anexo I do Edital**, sob pena de desclassificação da proposta.

4.3. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO – INVÓLUCRO N.º 2:

4.3.1. Quando se tratar de **PESSOA FÍSICA**:

4.3.1.1. Endereço de domicílio com a apresentação de comprovante de residência (conta de água, energia elétrica, telefone ou outros) e endereço eletrônico (e-mail);

4.3.1.2. Documento de identificação civil (carteira de identidade, carteira de trabalho, carteira profissional, passaporte, carteira de identificação funcional, ou outro documento público que permita a identificação do proponente);

4.3.1.3. Quando menor de idade, cópia da sentença ou certidão comprobatória de emancipação;

4.3.1.4. Cópia do Cadastro de Pessoa Física (CPF), com comprovante da situação cadastral regular;

4.3.1.5. Prova de regularidade junto às Fazendas Federal, Estadual e Municipal.

4.3.1.6. Declaração de Pleno Conhecimento do local onde está instalado o abatedouro frigorífico de caprinos e ovinos de Dormentes/PE, conforme anexo V integrante deste instrumento, a ser emitida pelo próprio proponente ou seu representante legal.

4.3.1.7. Declaração, emitida pelo próprio proponente, **de não ser impedido de licitar**, conforme modelo constante do **Anexo VII do Termo de Referência, Anexo I deste Edital**.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3.ª Superintendência Regional – Petrolina/PE

4.3.1.8. Declaração de Bens, atualizada, limitada a bens móveis e imóveis devidamente comprovados por meio de registro imobiliário, registro de propriedade em nome da pessoa física ou mediante apresentação da Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física, acompanhada do recibo de entrega à Receita Federal, referente ao último exercício, a critério do licitante, com valores que permitam a avaliação de sua capacidade econômico-financeira, conforme **subitem 12.2.3 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital** e na forma do modelo constante no **Anexo XI, do referido Termo de Referência**.

a) Quando os comprovantes dos bens informados discriminar valores que não se encontrem atualizados, a Declaração de Bens deverá ser acompanhada com Laudos de Evolução Patrimoniais ou Laudos de Avaliações emitidos por Profissionais habilitados e de acordo com os preços atuais de mercado. (Exemplo – avaliação de imóvel rural realizada por agrônomos, imóveis urbanos por corretores Imobiliários ou engenheiro civil de avaliações; etc.).

4.3.1.9. Certidão negativa de execuções patrimoniais, expedida pelo Cartório da Comarca de seu domicílio e dos municípios onde estão localizados os bens declarados no **Anexo XI do Termo de Referência, Anexo I do Edital**, observado os prazos de validade referidos no Edital.

4.3.2. Quando se tratar de **PESSOA JURÍDICA**:

4.3.2.1. Cópia do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, com comprovante da situação cadastral regular.

4.3.2.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

4.3.2.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

4.3.2.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato do registro de autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

4.3.2.5. Declaração da inexistência de fato superveniente à expedição do SICAF que impeça a sua habilitação, prevista no Art. nº 72 do Regulamento de Licitações da Codevasf, de que não foi declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública, e que não está impedida de licitar ou contratar com a Codevasf, bem como de que cumpre o disposto no inciso XXXIII, do Art. 7º da Constituição Federal, conforme modelo constante do **Anexo VIII, do Termo de Referência, Anexo I deste Edital**, sendo que a Codevasf procederá verificação junto ao sítio www.portaldatransparencia.gov.br no intuito de verificar a inexistência de impedimento da empresa participante em licitar e contratar com a Administração Pública.

4.3.2.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do proponente, pertinente a seu ramo de atividade e compatível com o objetivo contratual.

4.3.2.7. Prova de regularidade para com as Fazendas Federal/Certidão Quanto à Dívida Ativa da União, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente na forma da lei, com validade em vigor.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3.ª Superintendência Regional – Petrolina/PE

- 4.3.2.8.** Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, demonstrando o cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, mediante Certidão Negativa de Débitos com a Previdência Social (CND), com validade em vigor.
- 4.3.2.9.** Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS emitida pela Caixa Econômica Federal, com validade em vigor.
- 4.3.2.10.** Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, emitida pelo Banco Nacional de Devedores Trabalhistas - BNDT, com prazo de validade em vigor.
- 4.3.2.11.** Declaração de pleno conhecimento das condições do objeto licitado, bem como do local onde se encontram o **Abatedouro Frigorífico de Caprinos e Ovinos de Dormentes/PE**, conforme **anexo V do Termo de Referência**, integrante deste instrumento, a ser emitida pelo (a) própria (a) proponente ou representante legal.
- 4.3.2.12.** Declaração, emitida pelo (a) próprio (a) proponente, de não ser impedido de licitar, conforme modelo constante do **Anexo VII**, do Termo de Referência, Anexo a este Edital.
- 4.3.2.13.** Certidão Negativa de Falência, ou Plano de Recuperação Judicial homologado pelo juiz competente, ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou execução patrimonial expedida pelo domicílio de pessoa física.
- 4.3.2.14.** Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovam a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados a mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.
- 4.3.2.15.** Declaração de Bens, atualizada, limitada a bens móveis e imóveis devidamente comprovados por meio de registro imobiliário, registro de propriedade em nome da pessoa jurídica, ou dos sócios que integram o seu capital social, ou mediante apresentação da Declaração de Imposto de Renda Pessoa Jurídica, acompanhada do recibo de entrega à Receita Federal referente ao último exercício, a critério do licitante, com valores que permitam a avaliação de sua capacidade econômico-financeira, conforme **subitem 6.2.2**, na forma do modelo constante no **Anexo XI**, do Termo de Referência anexo a este Edital.
- 1) Tendo sido apresentada a Declaração de Bens em nome da Pessoa Jurídica, na eventualidade dos sócios que integram o seu Capital Social, também apresentarem a Declaração de Bens nos termos do edital, somente será considerada para efeitos de avaliação, os bens declarados em nome da Pessoa Jurídica; e
 - 2) Quando os comprovantes dos bens informados discriminar valores que não se encontrem atualizados, a Declaração de Bens deverá ser acompanhada com Laudos de Evolução Patrimoniais ou Laudos de Avaliações emitidos por Profissionais habilitados e de acordo com os preços atuais de mercado. (Exemplo – avaliação de imóvel rural realizada por agrônomos, imóveis urbanos por Corretores Imobiliários ou engenheiro civil de avaliações; etc.).
- 4.3.2.16.** Certidão negativa de execução patrimonial, expedida pelo Cartório da Comarca de seu domicílio e dos municípios onde estão localizados os bens declarados no **Anexo XI** do Termo de Referência, observado os prazos de validade referidos neste Edital.

5. ABERTURA DOS INVÓLUCROS

- 5.1.** Os invólucros de que trata o **subitem 4.1 deste Edital** serão recebidos em sessão pública no local, dia e hora indicados **no item 1 deste Edital**, observados o disposto nos subitens **4.2 – “Proposta Financeira”** e **4.3 – “Documentação de Habilitação”** deste Edital.
- 5.2.** Os trabalhos de recebimento dos invólucros, contendo a **“Proposta Financeira”** e a **“Documentação de Habilitação”**, a realização da licitação e o seu desenvolvimento, serão dirigidos pela Comissão Técnica de Julgamento designada para este fim, com assessoria da Secretaria Regional de Licitações – 3ª SL e Assessoria Jurídica Regional – 3ª AJ.
- 5.3.** A Comissão Técnica de Julgamento procederá à abertura dos invólucros n.º 01 - **“Proposta Financeira”** e rubricará todos os documentos nele contidos, sempre conjuntamente com até 03 (três) proponentes presentes à sessão pública, e que serão identificados na Ata respectiva, passando em seguida à fase de julgamento das referidas propostas, conforme previsto no **subitem 6.1 abaixo**.
- 5.4.** Os fechos dos Invólucros n.º 2 – **“Documentação de Habilitação”** dos proponentes participantes serão rubricados pela Comissão Técnica de Julgamento, bem como por até 03 (três) proponentes presentes à sessão, e permanecerão sob a guarda e responsabilidade da Secretaria Regional de Licitações – 3ª SL até a data a ser marcada para a abertura da documentação de habilitação da pessoa física ou jurídica 1ª colocada, conforme o caso, obedecendo assim a ordem de classificação das propostas financeiras até que se defina a habilitação do licitante de melhor proposta.
- 5.5.** Os proponentes classificados com a melhor **“Proposta Financeira”** de acordo com o **subitem 6.1.1. abaixo**, terão sua **“Documentação de Habilitação” – Invólucro nº 2**, aberta em dia, hora e local que serão, previamente, comunicados pela CODEVASF.
- 5.6.** Da sessão pública a que se refere o **subitem 5.1 acima**, bem como daquela que for eventualmente convocada para abertura das **“Documentação de Habilitação”** dos proponentes classificados com a melhor **“Proposta Financeira”** serão lavradas Atas em que se consignarão eventuais reclamações, impugnações ou ressalvas dos proponentes.

6. ANÁLISE E JULGAMENTO DA PROPOSTA FINANCEIRA E DOCUMENTAÇÃO

6.1. “PROPOSTA FINANCEIRA” – INVÓLUCRO N.º 1:

- 6.1.1.** Para efeito de comparação de preços, quando do julgamento das propostas financeiras - **Anexo VI do Termo de Referência, Anexo I do Edital**, será considerada a pontuação obtida através da ponderação inversamente proporcional ao prazo, multiplicada pelo valor de cada parcela, considerando a seguinte Tabela de Peso:
- 6.1.2.** Os meses referentes a carência não serão pontuados.
- 6.1.3.** A classificação final será estabelecida por ordem decrescente de valor da contraprestação da concessão.
- 6.1.4.** Em caso de empate na classificação final, a preferência será determinada com base nos termos do Art. nº 55, incisos I a IV da Lei 13.303/2016.

6.2. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO – INVÓLUCRO N.º 2:

- 6.2.1.** A Comissão de Técnica de Julgamento, juntamente com a Secretaria Regional de Licitações – 3ª SL, procederão a análise da “**Documentação de Habilitação**” contida no Invólucro n.º 2, julgando-a em conformidade com as exigências prescritas nos **subitens 4.3.1 e 4.3.2 deste Edital**.
- 6.2.2.** A avaliação da capacidade econômico-financeira será efetuada com base na “**Declaração de Bens**” (**Anexo XI**) atualizada, constante na Proposta Financeira (**Anexo VI**), ambos anexos ao **Termo de Referência, Anexo I deste Edital**.
- 6.2.3.** Comprovação de ser dotado de capital social devidamente integralizado ou de patrimônio líquido igual ou superior a **10% (dez por cento) do valor do bem concedido**, conforme **subitem 9.2.abaixo**.
- 6.2.4.** Serão desqualificados tecnicamente os proponentes que apresentarem patrimônio inferior ao patamar exigido nos **subitens 6.2.2 e 6.2.3 acima**, sendo, consequentemente, desclassificadas.
- 6.2.5.** Toda a documentação e propostas dos proponentes constituirão peças do processo administrativo de que trata este Edital de Licitação.
- 6.2.6.** É facultada à Comissão Técnica de Julgamento ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão de documentos que deveriam constar originariamente da proposta.
- 6.2.7.** Qualquer tentativa de um proponente em influenciar a Comissão Técnica de Julgamento ou a CODEVASF quanto ao processo em exame, avaliação e comparação das propostas e na tomada de decisão para a adjudicação do objeto desta licitação, resultará na rejeição de sua proposta.
- 6.2.8.** Tendo sido proclamadas a habilitação dos proponentes no julgamento da “**Documentação de Habilitação**” observada a ordem de classificação das “**Propostas Financeiras**”, conforme o **subitem 12.1 e item 13** do Termo de Referência, Anexo I do Edital, será aberto o prazo recursal nos termos do **item 7 deste Edital**.
- 6.2.9.** A Comissão Técnica de Julgamento encaminhará o relatório de julgamento das “**Propostas Financeiras**” e “**Documentação de Habilitação**”, com a classificação das mesmas e com a indicação da (s) proponente (s) vencedora (s), a Autoridade Competente da CODEVASF, com vistas à aprovação e publicação do resultado final do julgamento.
- 6.2.10.** A divulgação do resultado final será disponibilizada no sítio da Codevasf: www.codevasf.gov.br, e publicada no Diário Oficial da União – DOU.

6.3. DESCLASSIFICAÇÃO

- 6.3.1.** Os proponentes não poderão, em nenhuma hipótese, seja durante ou após o processo da alienação pública de que trata este Edital de Licitação, modificar a opção de pagamento, o que implicará na desclassificação de sua proposta.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3.ª Superintendência Regional – Petrolina/PE

6.3.2. Será ainda motivo de desclassificação:

- 6.3.2.1.** A apresentação de valor inferior ao preço mínimo de contraprestação pela concessão do Abatedouro Frigorífico de Caprinos e Ovinos de Dormentes – PE, estabelecido no **subitem 4.4**, do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.
- 6.3.2.2.** A apresentação de mais de uma proposta financeira ou oferta de mais de um valor para a concessão objeto deste Edital.
- 6.3.2.3.** O preenchimento da proposta financeira de forma incorreta ou ilegível quanto ao preço ofertado e/ou as condições de pagamento, bem como deixar de apor a assinatura na mesma.
- 6.3.2.4.** Deixar de anexar o mandato contendo poderes específicos ao seu procurador para participar da licitação.
- 6.3.2.5.** A constatação pela Comissão Técnica de Julgamento, em qualquer fase da licitação, da situação de incompatibilidade prevista nos **subitens 6.2.2 e 6.2.3 deste Edital**.
- 6.3.2.6.** Deixar de apresentar qualquer um dos documentos exigidos nos **subitens 4.3.1 e 4.3.2 acima**.
- 6.3.2.7.** Apresentar prazos e condições de pagamento em desacordo com o **item 10 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital**.
- 6.3.2.8.** O credenciamento de uma mesma pessoa como representante legal de 02 (dois) ou mais proponentes.
- 6.3.2.9.** Constatada as situações previstas no **item 18** do Termo de Referência, Anexo I integrante deste Edital.

7. RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 7.1.** **Haverá fase recursal única, após o término da fase de habilitação.** Os licitantes que desejarem recorrer em face dos atos do julgamento da proposta ou da habilitação deverão manifestar-se dentro do prazo recursal, após a fase de habilitação da licitante melhor classificada no julgamento da proposta financeira, sob pena de preclusão.
- 7.2.** A licitante poderá apresentar recurso, com base nas manifestações de intenção de recursos registrada em Atas nas sessões, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados da divulgação via Comunicação Externa - CE ou e-mail da abertura do prazo recursal.
- 7.3.** O recurso deverá ser apresentado no protocolo da 3ª Superintendência Regional da CODEVASF, no horário de 08:00h às 12:00h e de 13:30h às 17:30h.
- 7.4.** O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da Comissão Técnica de Julgamento, a qual poderá reconsiderar sua decisão, **no prazo de 05(cinco) dias úteis**, ou nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informados, devendo, neste caso a **decisão ser proferida dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade**.

- 7.5.** Interposto, o recurso será comunicado às demais proponentes, **que poderão impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis.**
- 7.6.** Somente serão considerados os recursos devidamente fundamentados que estiverem dentro do prazo estabelecido no **subitem 7.2 acima.**
- 7.7.** Recursos encaminhados via e-mail só terão eficácia se o original for entregue na sede da 3ª Superintendência Regional da CODEVASF, necessariamente, **até 05 (cinco) dias da data do término do prazo recursal.**
- 7.8.** Inexistindo recurso(s) contra a decisão referente a fase de habilitação ou sendo este(s) denegado(s), a Comissão Técnica de Julgamento providenciará a devolução dos invólucros n.º 02 às respectivas proponentes inabilitadas.
- 7.9.** No caso das proponentes inabilitadas se recusarem a receber os invólucros das Propostas, estes ficarão à disposição para retirada, mediante recibo, na Secretaria Regional de Licitações – 3ª SL, **durante o período de 60 (sessenta) dias.** Findo este prazo a CODEVASF fica autorizada a incinerá-los.

8. HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

- 8.1.** Após a publicação do resultado da licitação, **no Diário Oficial da União (DOU) e no Site da Codevasf, bem como,** observadas às condições relativas aos recursos administrativos de que trata o **item 7 deste Edital**, o processo administrativo será encaminhado ao Diretor da Área responsável pelo processo licitatório, que o submeterá à autoridade competente, com vistas à homologação final e a adjudicação da concessão do **Abatedouro Frigorífico de Caprinos e Ovinos de Dormentes – PE.**
- 8.2.** **Aprovado o relatório da Comissão Técnica de Julgamento pela Autoridade competente e após o processo administrativo ser encaminhado pela Diretor da Área responsável pelo processo licitatório, para à autoridade competente, com vistas à homologação,** está também promoverá a adjudicação da concessão de direito real de uso com encargos para exploração econômica do espaço físico, instalações e equipamentos do **Abatedouro Frigorífico de Caprinos e Ovinos de Dormentes/PE.**

9. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 9.1.** A CODEVASF procederá a concessão de direito real de uso com encargos para exploração econômica do espaço físico, instalações e equipamentos do **Abatedouro Frigorífico de Caprinos e Ovinos de Dormentes/PE** por um período de 10 (dez) anos, incluindo 6 (seis) meses de carência conforme disposto no inciso IV do Art. 12º da Instrução Normativa nº 87, de 1º de setembro de 2020, contados a partir da data da assinatura do Contrato, podendo ser renovado por igual período.
- 9.1.1.** A carência para início do pagamento da contrapartida pela cessão da unidade do **Abatedouro Frigorífico de Caprinos e Ovinos de Dormentes/PE** será destinada à implantação, licenciamento e regularização do empreendimento por parte da **Contratada/Cessionário.**
- 9.1.1.1.** Não será permitida a carência entre uma parcela e outra de pagamento da contrapartida;
- 9.1.1.2.** Em caso de desistência do imóvel no período de carência concedida, obrigatoriamente, caberá ao **Contratada/Cessionária** pagamento pelo tempo em que o imóvel ficou em sua posse, além das sanções legais cabíveis pelo abandono.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3.ª Superintendência Regional – Petrolina/PE

- 9.2.** O preço mínimo estabelecido para a contrapartida mensal pela CDRU do abatedouro frigorífico de caprinos e ovinos de Dormentes/PE será equivalente a **9% (nove por cento)** do faturamento bruto mensal auferido pela operação do abatedouro frigorífico de Dormentes/PE. Ficando esta contrapartida limite ao valor mínimo mensal de **R\$ 8.709,18 (oito mil setecentos e nove reais e dezoito centavos)**, nos casos em que o percentual de 9% (nove por cento) do faturamento bruto mensal ficar inferior a este limite mínimo, conforme **item 4 do Termo de Referência**.
- 9.3.** O preço proposto apresentado pela **Contratada/Cessionário** para pagamento mensal da contrapartida pela cessão onerosa do **Abatedouro Frigorífico de Caprinos e Ovinos de Dormentes/PE** serão corrigidos anual no respectivo vencimento, aplicando-se o INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, ou outro índice equivalente que venha a ser adotado pelo Governo Federal.
- 9.4.** No caso de atraso de pagamento, incidirá multa de 2% (dois por cento) sobre o respectivo valor, acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês.
- 9.5.** A carência para início do pagamento da contrapartida pela concessão de direito real de uso com encargos para exploração econômica do espaço físico, instalações e equipamentos do **Abatedouro Frigorífico de Caprinos e Ovinos de Dormentes/PE** será contada a partir da data de assinatura do Contrato de Concessão.
- 9.6.** Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente, não sendo permitido a utilização de “créditos securitários do Tesouro Nacional”.
- 10. CAUÇÃO**
- 10.1.** A caução será restituída conforme os casos previstos no **item 13** do Termo de Referência, Anexo I do Edital.
- 11. ADJUDICAÇÃO**
- 11.1.** Aprovado o relatório da Comissão Técnica de julgamento pela autoridade competente da Codevasf, observadas os prazos de recursos administrativos de que trata o **item 7 deste Edital, e após notificação pela Codevasf** ocorrerá a adjudicação da concessão de direito real de uso com encargos, para a exploração econômica do espaço físico, instalações e equipamentos do **Abatedouro Frigorífico de Caprinos e Ovinos de Dormentes/PE**.
- 11.2. Ocupação e Exploração das Unidades Parcelares do Abatedouro Frigorífico de Caprinos e Ovinos de Dormentes/PE.**
- 11.2.1.** A estrutura do **Abatedouro Frigorífico de Caprinos e Ovinos de Dormentes/PE**, por força do Edital de Licitação, somente poderá ser utilizada para empreendimentos de abate de animais, observadas as demais condições constantes do **item 21** do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.
- 12. FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO**
- 12.1.** Compete a Codevasf fiscalizar e acompanhar a exploração econômica, observando o **item 22** do Termo de Referência, Anexo I deste Edital, o método de aplicação de água na irrigação, bem como o atendimento às exigências ambientais das unidades parcelares, inclusive procedendo à realização de visitas.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNÁIBA
3.ª Superintendência Regional – Petrolina/PE

- 12.2.** É obrigatório, por parte do proprietário, o fornecimento de toda e qualquer informação ou documento julgado necessário ao desempenho das atividades mencionadas no **subitem 12.1 acima**.
- 13. DESISTÊNCIA**
- 13.1.** O Contratado/Cessionário poderá formalizar a desistência da concessão após a publicação do resultado até a data de notificação para início dos procedimentos de lavratura da respectiva escritura pública de compra e concessão ou do contrato de promessa de compra e concessão.
- 13.2.** Ocorrendo desistências serão convocados aqueles que estiverem classificados imediatamente após, para a concessão do **Abatedouro Frigorífico de Caprinos e Ovinos de Dormentes/PE**, obedecida a ordem decrescente da classificação das propostas.
- 14. OBRIGAÇÕES DO CESSIONÁRIO**
- 14.1.** Em conformidade ao Art. 23 da Instrução Normativa Nº 87, de 1º de setembro de 2020, o contrato de cessão onerosa de uso estabelecerá, sem prejuízo das demais, as seguintes obrigações ao cessionário, constantes do **item 24** do Termo de Referência, anexo I deste Instrumento de Edital.
- 15. CONDIÇÕES GERAIS**
- 15.1.** A Codevasf poderá, a qualquer momento, suspender ou cancelar este Edital de Licitação desistir da concessão, sem que tenham os proponentes, em nenhum momento, direito a qualquer ressarcimento judicial ou extrajudicial, em função das propostas apresentadas, com exceção da restituição da caução depositada.
- 15.2.** A Codevasf poderá revogar a licitação quando nenhuma das propostas satisfizer o objetivo da mesma, quando for evidente que tenha havido falta de competição, ou quando caracterizado o indício de colusão.
- 15.3.** A Codevasf poderá, ainda, revogar a licitação por razão de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer isento e devidamente fundamentado.
- 15.4.** O presente Edital e seus Anexos são de propriedade da Codevasf. Os referidos documentos não poderão ser adulterados, devendo ser utilizados única e exclusivamente para fins de elaboração das propostas, assegurados os direitos autorais. A utilização dos referidos documentos por terceiros só se realizará no caso em que venha a ser expressamente autorizado pela Codevasf.
- 15.5.** O Foro da Justiça Federal da Subseção Judiciária de Petrolina-PE será competente para dirimir questões oriundas da presente convocação, renunciando as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Petrolina-PE, 23 de fevereiro de 2022.

AURIVALTER CORDEIRO PEREIRA DA SILVA
SUPERINTENDENTE REGIONAL
CODEVASF – 3ª SR

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS
(GRAVADO EM ARQUIVO SEPARADO)

ANEXO II

**TERMO DE OBSERVÂNCIA AO CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA E INTEGRIDADE DA
CODEVASF**

ANEXO II - Termo de Observância ao Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf

Nº do Instrumento: (Informar contrato, convênio ou instrumento congênere.)

Período de Vigência do Instrumento: (Informar Período.)

Finalidade do Instrumento: (Informar finalidade.)

A pessoa física/jurídica _____, CPF/CNPJ nº _____, por meio de seu representante legal abaixo subscrito, vem afirmar aderência, ciência e concordância com as normas, políticas e práticas estabelecidas no Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf e compromete-se a respeitá-las e cumpri-las integralmente, bem como fazer com que seus empregados o façam quando no exercício de suas atividades nas dependências da Codevasf ou para a Empresa.

Compreendo que o Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf reflete o compromisso com a dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia e a consciência dos princípios morais que devem nortear o serviço público, seja no exercício do cargo em comissão, função de confiança ou gratificada ou emprego, ou fora dele, comprometendo-se a atuar contrariamente a quaisquer manifestações de corrupção e conhecer e cumprir as normas previstas na Lei 12.846/2013 ("Lei Anticorrupção"), regulamentada pelo Decreto nº 8.420/2015.

Assumo, também, a responsabilidade de denunciar à Ouvidoria e/ou Comissão de Ética da Codevasf sobre qualquer comportamento ou situação que esteja em desacordo com as disposições do Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf, por meio dos seguintes canais:

- Ouvidoria da Codevasf: <https://sistema.ouvidorias.gov.br>
- Comissão de Ética da Codevasf: etica@codevasf.gov.br.

A assinatura deste Termo é expressão de livre consentimento e concordância do cumprimento das normas, políticas e práticas estabelecidas no Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf.

(Informar o local.) , (Dia.) de (Mês.) de (Ano.)

Assinatura / carimbo do responsável/representante legal Nome completo:

CPF:

Cargo: